

## O GRAMÁTICO E A NORMA CULTA EM TÍTULOS DE ENTREVISTAS: ENTRE CITAÇÕES E FÓRMULAS DISCURSIVAS\*

### THE GRAMMARIAN AND THE CULTURED STANDARD IN TITLES OS INTERVIEWS: BETWEEN QUOTATIONS AND DISCURSIVE FORMULA

Agnaldo Almeida de Jesus  
Universidade Federal de Minas Gerais  
[agnaldoal@hotmail.com](mailto:agnaldoal@hotmail.com)

**RESUMO:** O trabalho ora proposto tem como objetivo analisar os efeitos de sentidos sobre o gramático e a norma culta produzidos em títulos de entrevistas com Evanildo Bechara. Desse modo, questionamo-nos como a instituição midiática formula seus enunciados a fim de obter a adesão de um público leitor e instituir um determinado sentido (e não outros) ao que é posto em circulação. Para tanto, tomamos como *corpus* dez títulos de entrevistas com o referido gramático. Teoricamente, respaldamo-nos nos pressupostos teóricos da Análise do discurso de linha francesa, destacando a questão do funcionamento midiático e a noção de fórmula discursiva. Para tal perspectiva teórica, os sujeitos e sentidos são determinados historicamente: são opacos e têm uma materialidade constitutiva. Em nossas análises, pudemos constatar que nos títulos, por meio de citações e fórmulas, há uma materialização de sentidos que retoma formulações cristalizadas no que concerne à significação do sujeito gramático e da norma culta em nossa sociedade.

**PALAVRAS-CHAVE:** fórmula discursiva; norma culta; gramático; mídia.

**ABSTRACT:** The proposed work aims at analyzing the effects of senses on the grammarian and cultured standard produced in titles of interviews with Evanildo Bechara. Thereby, we question ourselves how the media institution formulates their titles in order to obtain the access of a readership and establish a certain sense (and not others) when that is put into circulation. For this, we took as corpus 10 titles of interviews with the aforementioned Grammarian. We endorsed this paper in the theoretical assumptions of discourse analysis of French line, highlighting the issue of media operation and the notion of discursive formula. For such perspective, subjects and directions are determined historically: are opaque and have a constitutive materiality. In our analysis we were able to see that there is a materialization of senses in the titles that incorporates crystallized formulations regarding the meaning of the subject and grammarian of the standard educated in our society.

**KEYWORDS:** discursive formula; cultured standard; grammarian; media.

---

\* Uma primeira versão do presente trabalho foi publicada no *III Anais do Evidosol/Ciltec-online*, v. 3, n. 1, 2014. Disponível em: [http://www.periodicos.lettras.ufmg.br/index.php/anais\\_linguagem\\_tecnologia/article/view/5872](http://www.periodicos.lettras.ufmg.br/index.php/anais_linguagem_tecnologia/article/view/5872). Acesso em 10 dez. 2015.

## 1 Introdução

Ao considerarmos o texto como a unidade fundamental da linguagem, conforme Orlandi (2009, 2012), podemos compreender como ele funciona e produz sentidos. Fazendo parte de um processo discursivo abrangente, o texto é o lugar de materialização do discurso, isto é, a unidade significativa (constituída de letras, sons, figuras etc.) que os sujeitos têm diante de si para ter acesso ao discurso. O texto é um objeto linguístico-histórico que, imaginariamente, possui começo, meio e fim. Porém, do ponto de vista de sua constituição discursiva, ele não é fechado em si porque mantém relações: com outros textos, em suas margens há outros já realizados, possíveis ou imaginados; com suas condições de produção, os sujeitos e a situação de enunciação e com sua exterioridade constitutiva: o interdiscurso.

Todo texto é, para a Análise do discurso, heterogêneo: atravessado por diferentes formações discursivas (regiões do sentido que determinam o que pode e deve ser dito em uma determinada conjuntura histórico-social e ideológica) e afetado por diversas posições do sujeito. Por ser determinado, o sujeito ocupa posições distintas, como: professor, gramático, jornalista, pai etc., as quais se constituem a partir de uma memória discursiva, pelo interdiscurso – o já-dito e esquecido que intervém no nosso dizer para que ele signifique.

Partindo desses pressupostos, interessam-nos nesse trabalho os títulos de entrevistas, parte de suma importância nos textos jornalísticos. Tomamos como *corpus* dez títulos de entrevistas com o gramático Evanildo Bechara, entre eles: “‘Com acordo, tiramos um peso dos ombros’, diz Evanildo Bechara”, “‘O aluno não vai para a escola para aprender ‘nós pega o peixe’” e “‘Senhor norma culta’”. Tal recorte justifica-se pela importante representatividade do gramático em pauta, sendo considerado: “o mestre das letras”, “o senhor norma culta” etc. Além de escritor de gramáticas normativas, Evanildo Bechara ocupa posições tais como a de professor universitário, de filólogo, de membro da Academia Brasileira de Letras.

No presente trabalho, pudemos constatar que, por meio de citações e fórmulas, há uma materialização de sentidos que retoma formulações cristalizadas no que concerne à significação do sujeito gramático e da norma culta em nossa sociedade. O funcionamento da posição discursiva de gramático, por exemplo, está diretamente relacionada ao lugar de “defesa” de uma língua, de uma identidade linguística.

## 2 O funcionamento midiático e as fórmulas discursivas

A mídia, assim como outras instituições, define os detentores do saber e do conhecimento (que pode falar) e os “desprovidos” do saber (os que ouvem e obedecem). Geralmente, os detentores são considerados os especialistas das diversas áreas. Nessa perspectiva, concordamos com Foucault ao afirmar que o poder produz saber, já que eles estão diretamente imbricados. Segundo Foucault (2009a [1975], p. 30), “[...] não há relação de poder sem constituição correlata de um campo de saber, nem saber que não suponha e não constitua ao mesmo tempo relações de poder”.

Os meios de comunicação transformam as práticas discursivas. Eles “[...] constroem discursivamente uma espetacularização dos acontecimentos” (GREGOLIN, 2003, p. 10), transformando um enunciado extremamente opaco em sua materialidade

linguística em uma proposição estabilizada, como se existisse uma univocidade lógica. Para a autora:

A criação dessa ilusão de 'unidade' do sentido é um recurso discursivo que fica evidente nos textos da mídia. Como o próprio nome parece indicar, as *mídias* desempenham o papel de mediação entre seus leitores e a realidade. O que os textos da mídia oferecem não é a realidade, mas uma construção que permite ao leitor produzir formas simbólicas de representação da sua relação com a realidade concreta.

Nesse sentido – como construtora de imagens simbólicas – a mídia participa ativamente, na sociedade atual, da construção do imaginário social, no interior do qual os indivíduos percebem-se em relação a si mesmos e em relação aos outros. Dessa percepção vem a visualização do sujeito como parte da coletividade (GREGOLIN, 2007, p. 97).

Por seu turno, Charaudeau (2010) argumenta que as mídias são o espetáculo da democracia, a qual se constitui a partir de três esferas: política, civil e midiática. Uma interfere nas outras e os atores de cada uma constroem a própria visão do espaço público. Para o autor:

A ideologia do 'mostrar a qualquer preço', do 'tornar visível o invisível' e do 'selecionar o que é mais surpreendente' (as notícias ruins) faz com que se construa uma imagem fragmentada do espaço público, uma visão adequada aos objetivos das mídias, mas bem afastada de um reflexo fiel. Se são espelhos, as mídias não são mais do que um espelho deformante, ou mais ainda, são vários espelhos deformantes ao mesmo tempo, daqueles que se encontram nos parques de diversões e que, mesmo deformando, mostram, cada um à sua maneira, um fragmento amplificado, simplificado, estereotipado do mundo (CHARAUDEAU, 2010, p. 20).

O autor centra suas análises nas mídias de informação. Elas são caracterizadas como "[...] o conjunto tecnológico que têm o papel social de difundir as informações relativas aos acontecimentos que se produzem no mundo-espaço público: imprensa, rádio e televisão" (CHARAUDEAU, 2010, p. 21). Elas funcionam segundo uma dupla lógica: econômica e simbólica. A lógica econômica faz com que os organismos de informação ajam como uma empresa ao fabricar produtos para o mercado de trocas dos bens de consumo, já a lógica simbólica diz respeito à sua participação na construção da opinião pública. Os sentidos de um ato comunicativo dependem da relação entre as instâncias de produção (submetida a certas condições de produção), de recepção (submetida a condições de interpretação) e do texto (produto submetido a regras de construção).

As mídias apresentam-se como um organismo especializado para atender as demandas sociais democráticas, mostrar aquilo que é relevante socialmente e poderia ser ocultado, ignorado. Elas definem-se enquanto um serviço em benefício da cidadania. No entanto, elas funcionam por uma lógica comercial. São empresas de tipo liberal que se encontram em concorrência com outras que possuem a mesma finalidade: captar a maior parte do público. Elas são, portanto, obrigadas a recorrer à sedução, o que nem sempre atende as exigências de credibilidade.

A instância de produção só pode imaginar o receptor de maneira ideal, construindo-o como o destinatário alvo que acredita ser adequado a suas

intenções, e, ao visar produzir efeitos de sentido, não tem certeza se esses serão percebidos, e como, por outro lado, a instância de recepção constrói seus próprios efeitos de sentido que dependem de suas condições de interpretação, conclui-se que o texto produzido é portador de 'efeitos de sentidos possíveis', que surgem dos efeitos visados pela instância de enunciação e dos efeitos produzidos pela instância de recepção (CHARAUDEAU, 2010, p. 28).

Ainda sobre o funcionamento midiático, Courtine (2003), ao analisar a crise do discurso político nas sociedades ocidentais, afirma que os meios de comunicação, em especial a televisão, modificam profundamente a eloquência política. A partir dos anos de 1970, os enunciados políticos em forma de monólogo entram em declínio, dando espaço aos enunciados curtos: formas breves, fórmulas, frases curtas – “a fala pública conhece uma profunda transformação enunciativa, que a torna uma fala breve, interativa, descontínua, fragmentada” (COURTINE, 2003, p. 22). As formas longas são consideradas arcaicas, suspeitas de serem mentirosas, já as formas curtas são claras e vivas, consideradas modernas, transformando a fala pública.

O reinado das formas breves é, assim, o primeiro elemento dessas recentes transformações da fala pública. É possível ver nelas os efeitos, no campo do discurso, de uma racionalização do espaço político, totalmente causada pelo uso técnico de comunicação em massa. Na lógica televisiva, quer seja aquela do *spot* publicitário, da informação ou do debate, as mensagens simples são preferidas em relação às longas e complexas (COURTINE, 2003, p. 23).

É importante destacar, então, a proliferação e utilização de pequenos enunciados e fórmulas pela mídia. Sobre a noção de fórmula, Alice Krieg-Planque (2010, 2011), ao analisar o enunciado “purificação étnica”, argumenta:

Por fórmula, designamos um conjunto de formulações que, pelo fato de serem empregadas em um momento e em espaço público dados, cristalizam questões políticas e sociais que essas expressões contribuem, ao mesmo tempo para construir (KRIEG-PLANQUE, 2010, p. 9).

Para ela, a análise de fórmulas discursivas permite a compreensão da organização social através dos discursos institucionais, políticos e midiáticos que “são, ao mesmo tempo, o instrumento e o lugar (e não apenas a origem ou a consequência) das divisões e das junções que fundam o espaço público” (KRIEG-PLANQUE, 2010, p. 13). Nessa perspectiva, a fórmula apresenta quatro propriedades essenciais: tem um caráter cristalizado; inscreve-se em uma dimensão social; funciona como referente social e comporta um aspecto polêmico.

Sobre o primeiro aspecto, a autora afirma que a fórmula possui um caráter cristalizado porque se sustenta em uma forma significativa relativamente estável, podendo ser uma unidade lexical simples, uma sequência complexa, uma unidade léxico-sintática, ou uma frase (sequência autônoma que corresponde aos *slogans*). A estabilidade das fórmulas é garantida pela cristalização, que se dá de forma gradual. Uma sequência discursiva pode ser cristalizada somente para alguns sujeitos em um determinado momento, ou ser cristalizada ou não em situações diferentes pelos mesmos sujeitos. Para ser considerada uma fórmula, a sequência verbal deve ser estável e repetida, podendo haver variantes morfológicas e morfossintáticas. Por sua cristalização, a fórmula permite

sua identificação e reconhecimento, podendo estigmatizar seus usuários de forma positiva ou negativa.

A inscrição em uma dimensão discursiva, seu segundo aspecto definidor, justifica-se pelo fato de que a noção de fórmula não é linguística, e sim discursiva. Qualquer sequência pode se tornar uma fórmula, assim como não existem sequências “pré-programadas” para tal, já que sua existência depende de seu uso.

Não é, então, uma forma nova que o analista deve buscar, mas um uso particular, ou uma série de usos particulares, por meio dos quais a sequência assume um movimento, torna-se um jogo de posições, é retomada, comentada, para de funcionar no modo ‘normal’ das sequências que nomeiam pacificamente e que usamos sem nem mesmo nos dar conta delas (KRIEG-PLANQUE, 2010, p. 82).

Chegamos, assim, ao terceiro aspecto da fórmula: o seu funcionamento como referente social. Em um determinado momento e em um contexto sociopolítico específico, a fórmula possui notoriedade (significa algo para todos). Podemos observar o aumento do uso de uma dada sequência num *corpus* estável (jornal, revista, por exemplo). Porém, nem sempre o aumento da frequência de uso de uma palavra significa que ela é uma fórmula. Para Krieg-Planque (2010, p. 95), “[...] dizer que a fórmula é um signo conhecido de todos implica também que esse signo seja atestado em tipos variados de discurso, tanto orais quanto escritos, especializados e leigos”.

Para ser considerada uma fórmula, uma sequência ou palavra deve ser utilizada em vários tipos de discurso, mesmo sendo uma expressão especializada: “se a fórmula é originária de uma formação discursiva, deve sair dela. Ela é posta no cadinho comum do universo discursivo para entrar em conflito com o sentido que ela tem alhures ou com outros termos” (KRIEG-PLANQUE, 2010, p. 96). O interlocutor toma uma posição diante de uma fórmula, podendo corroborar um sentido ou refutá-lo. Em um dado momento, a passagem dos sujeitos pela sequência considerada uma fórmula é obrigatória.

Por fim, a fórmula comporta um aspecto polêmico. Ela coloca em pauta questões de grande importância para a sociedade em um dado momento. Como afirma a autora: “a fórmula põe em jogo modos de vida, os recursos materiais, a natureza e as decisões do regime político do qual os indivíduos dependem, seus direitos, seus deveres [...]” (KRIEG-PLANQUE, 2010, p. 100). A fórmula tem caráter histórico, e, por concentrar questões diversas, permite diferentes tomadas de posição.

As quatro propriedades caracterizadoras das fórmulas podem aparecer de modo desigual. A autora enfatiza que o trabalho com a fórmula requer a noção de espaço público, sendo este plural e fragmentado. Os espaços públicos são múltiplos e parcialmente autônomos. A mídia é um espaço público de compartilhamento de opiniões e decisões da vida social. A fórmula deve circular no espaço público para se tornar um referente social por meio de uma publicização efetuada pela mídia. Esta tem o papel de fazer circular as fórmulas que são criadas por atores sociopolíticos.

Portanto, analisar o funcionamento midiático é importante para analisar não somente a emergência de fórmulas, mas também para compreender como as coisas e nós somos significados. No que tange ao discurso gramatical, a partir dos conceitos explorados acima, interessa-nos como o gramático e a norma culta são significados nos títulos de entrevistas veiculadas pela mídia. No próximo capítulo, expomos os procedimentos metodológicos adotados para a realização do trabalho, assim como a

análise de nosso *corpus*.

### 3 A emergência e retomadas de sentidos sobre o gramático e a norma culta

No Dicionário Houaiss da língua portuguesa (2009, p. 1849), uma das definições do verbete “título” é o “nome ou expressão que se coloca no começo de um livro, em seus capítulos, em publicação jornalística, peça teatral, filme, música etc., que pode indicar o assunto ou simplesmente identificar, individualizar a obra ou o trabalho”. Em geral, os títulos se encontram em uma posição privilegiada nas matérias: início da página, e com caracteres que lhes conferem destaque, geralmente são utilizadas fontes maiores e o negrito. Discursivamente, a análise dos títulos das entrevistas permite compreender os efeitos de sentido instaurados entre locutores pelos gestos de interpretação efetuados pelos autores. Para constituir nosso *corpus*, selecionamos 10 títulos de entrevistas com o gramático Evanildo Bechara, postas em circulação entre os anos de 2005 a 2013.

Entre eles, alguns trazem somente o nome do entrevistado ou ele é antecedido pelo termo “Entrevista”, demarcando o gênero discursivo ao qual o texto pertence, como podemos observar em:

- (1) “Evanildo Bechara” (*SESC-SP*, 2013).
- (2) “Entrevista: Evanildo Bechara” (*Rubens Alves.com*, 2010).
- (3) “Entrevista com Evanildo Bechara” (*Philologus*, 2005).

Ao ser utilizado o nome do entrevistado, no caso “Evanildo Bechara”, temos uma série de efeitos de sentido ao colocar o dito em relação ao não-dito. Como mencionado, nos títulos não está explicitamente materializado o tema da entrevista e não temos nenhuma informação adicional sobre quem é o entrevistado. Entretanto, por meio da memória discursiva, recuperamos sentidos, relacionamos o texto a outros escritos pelo entrevistado (como gramáticas), como também a textos sobre sua vida e obra.

Para a perspectiva discursiva à qual nos filiamos, o não-dito interfere significativamente na constituição de sentidos do que é enunciado. Por ser um gramático, comumente considerado “um dos maiores em atividade”, supõe-se que ele é uma “autoridade” para discorrer sobre questões ligadas à língua e/ou à gramática. Há uma apropriação do discurso. São evocados os sentidos cristalizados sobre a posição-sujeito do gramático, sejam eles: o “defensor da língua portuguesa”, o “responsável por escrever os manuais utilizados com frequência na escola”, dentre outros aspectos.

Diferentemente dos enunciados acima, nos quais não estão materializadas essas predicções de cunho institucional do que representa o gramático socialmente, nas sequências que se seguem temos tal marcação. Vejamos:

- (4) “Evanildo Bechara: **o mestre das letras**” (*O povo*, 2010, grifo nosso).

(5) “Senhor Norma Culta” (*Revista Piauí*, 2011).

Em (4), a utilização do artigo definido “o” tem grande importância. O gramático não é significado somente como “um” mestre, e sim “o” mestre. Além disso, os termos “mestre” e “senhor”, em nossa sociedade, são aferidos a sujeitos com maior autoridade ou tratamento formal. A produção de sentidos no título, em si, reforça a autoridade do discurso do entrevistado. Conforme Maingueneau (2008a, p. 138), “quando há debate sobre um problema social, solicita-se a opinião de indivíduos que falam em nome da religião, da ciência, da filosofia..., pois se trata de discursos que são, supostamente, dotados da maior autoridade”. Como evidenciamos acima, o gramático em questão é considerado um dos maiores em atuação.

É possível observar ainda que o enunciado “O senhor Norma Culta” pode encontrar-se em uma relação intertextual, uma forma de interdiscursividade, com o título da trilogia de filmes *O Senhor dos Anéis*. Consoante Fiorin (2010, p. 181), podemos distinguir a interdiscursividade da intertextualidade da seguinte forma:

[...] chamaremos qualquer relação dialógica, na medida em que é uma relação de sentido, interdiscursiva. O termo intertextualidade fica reservado apenas para os casos em que a relação discursiva é materializada em textos. Isso significa que a intertextualidade pressupõe sempre uma interdiscursividade, mas que o contrário não é verdadeiro.

A intertextualidade, nesse sentido, é “[...] qualquer referência ao Outro, tomado como posição discursiva: paródias, alusões, estilizações, citações, ressonâncias, repetições, reproduções de modelos, de situações narrativas, de personagens, variantes linguísticas [...]” (FIORIN, 2010, p. 165).

Na trilogia cinematográfica, um hobbit (Frodo) recebe um anel mágico e maligno de presente de seu tio. O objeto precisa ser destruído antes que seja possuído pelo “mal”. Para tanto, ele tem um árduo caminho a seguir. Ao receber ajuda de outros hobbits, elfo, humanos etc., constituem-se, então, “a sociedade do anel”. Podemos remeter essas significações da “luta contra o mal” presente no filme à “luta contra o mal”, “contra a corrupção” da língua.

Além da relação estabelecida entre os títulos, observamos que a representação da figura do gramático encontra-se em relações interdiscursivas ao imaginário mágico retratado pelo filme, vejamos:

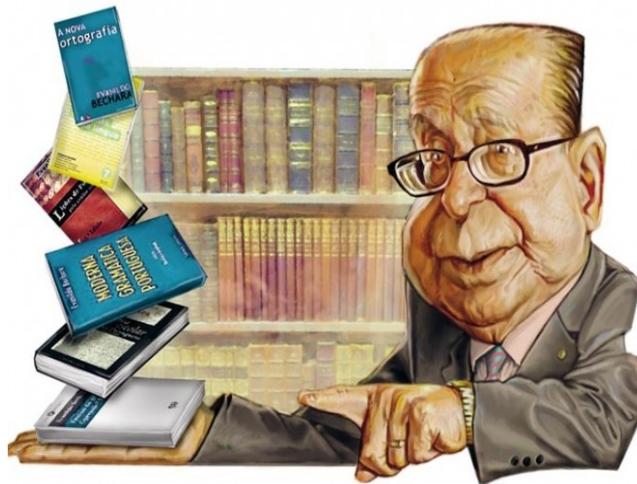


Figura 1: Ilustração do gramático Evanildo Bechara.

Fonte: <<http://revistapiaui.estadao.com.br/materia/senhor-norma-culta/>>. Acesso em: 15 dez. 2015.

Na Figura 1, o gramático encontra-se com o dedo em riste e, em sua outra mão, os livros publicados por ele levitam. De modo estereotípico, um dos sentidos de apontar o dedo para algo ou alguém é uma forma de produzir uma magia. Esse sentido entrecruza-se com outro, o dedo em riste apontado para alguém significa “faça isso”, ou seja, é um ordenamento. Essa postura faz parte do imaginário da representação do professor: aquele que tem o conhecimento e, conseqüentemente, o poder para solicitar ou até mesmo exigir que seus subordinados façam algo.

Enquanto o hobbit protege o anel, o gramático protege e defende a língua portuguesa. Os sentidos de “defesa” são materializados em três títulos, são eles:

(6) “Em **defesa** da gramática” (Veja, 2011).

(7) “Gramático Evanildo Bechara **defende** novo acordo ortográfico” (Folha de São Paulo, 2008, grifo nosso).

(8) “Entrevista: gramático **defende** que reforma ortográfica torna escrita mais simples” (A tarde, 2009, grifo nosso).

Em (6), (7) e (8), verificamos que os sentidos da defesa à gramática e ao acordo ortográfico vão além do que é enunciado. Não são somente a gramática e o acordo ortográfico que estão em jogo, e sim a língua em si e a identidade nacional dos brasileiros. Os gestos de autoria dos primeiros gramáticos brasileiros, a partir da segunda metade do século XIX, estão diretamente relacionados à constituição do Estado nacional independente: é descrita uma variedade linguística, dentre tantas outras, com a função de corresponder à identidade linguística e nacional dos brasileiros, como nos mostra Guimarães (1996a). Essa memória até hoje produz sentido no processo de significação institucional da gramática (lugar material) e do gramático. Pelo movimento parafrástico, podemos chegar às seguintes formulações:

**Em defesa da gramática/do acordo ortográfico –**  
**Em defesa da língua portuguesa –**  
**Em defesa da identidade nacional/Unidade linguística**

A posição-sujeito gramático é ressignificada enquanto um lugar de defesa. Defende-se algo que, supostamente, está em ataque ou, pelo menos, pode vir a ser atacado. Tais enunciados encontram-se inscritos na formação discursiva dominante quando o assunto tratado é a língua portuguesa. É correntemente veiculado pela mídia que a língua está em “processo de degradação, de corrupção, de maus tratos” por seus falantes. Por conseguinte, os gramáticos são historicamente significados enquanto os guardiões do português e, conseqüentemente, de nossa identidade linguística e nacional.

Mesmo com a implantação da Linguística nos cursos de Letras, na década de 1960, notamos que até hoje ocorre uma valorização dos aspectos gramaticais. Em sua *Moderníssima gramática ilustrada Sacconi*, o autor adverte que “desconhecer a língua pátria é vergonhoso; desrespeitá-la é afrontoso. O princípio de nacionalidade, do civismo e da própria cidadania começa com o respeito à língua pátria. Ame-a, cultive-a quanto puder!” (SACCONI, 2010, p. 5). A língua pátria a que ele se refere é a norma padrão, variante significada por tal autor como aquela que devemos reverenciar e cultivar por ser um princípio de nossa nacionalidade, como preconizavam os gramáticos do século XIX.

Sobre a questão do acordo ortográfico, especificamente, a materialidade dos títulos se remete à posição-sujeito ocupada pelo gramático perpassada pelos sentidos advindos da posição de membro da Academia Brasileira de Letras (ABL). Além de gramático, ele é um “imortal”. Como sabemos, o entrevistado se identifica com dadas formações discursivas, assumindo determinadas posições-sujeito. Tomado pelos sentidos de tal instituição, responsável pela elaboração dos acordos ortográficos firmados entre o Brasil, Portugal e os demais países de língua portuguesa, Evanildo Bechara, ao ocupar esse lugar, não pode dizer qualquer coisa a partir do lugar que ocupa. Mesmo apontando algumas “deficiências”, são ressaltadas as virtudes do que o acordo ortográfico pode nos oferecer, principalmente na escrita.

Em outros títulos, os autores das entrevistas, aqueles que são responsáveis pelos nós de coerência do texto (FOUCAULT, 2009a [1970], 2009b [1969]), utilizam citações da fala do entrevistado para conferir um destaque maior à matéria. No funcionamento midiático, destacar aquilo que cause uma maior adesão do público destinado é uma forma de produzir sentidos. Vejamos os dois títulos que trazem citações:

(9) “‘Com acordo, tiramos um peso dos ombros’, diz Evanildo Bechara” (*Estadão*, 2012).

(10) “‘O aluno não vai para a escola para aprender ‘nós pega o peixe’” (*Último Segundo*, 2011).

O sujeito enunciativo, o jornalista, retoma a fala do entrevistado, a fim de evidenciar o posicionamento deste em relação ao assunto tratado. Para marcar o discurso do outro, os jornalistas utilizam aspas, que constituem uma marca de heterogeneidade. Como todo

texto é heterogêneo, podemos identificar a forte presença da *heterogeneidade mostrada marcada*, discursos outros presentes na constituição do nosso dizer. Conforme postula Authier-Revuz (1990), a presença de outros discursos no nosso pode se dar de forma mostrada e constitutiva. A *heterogeneidade mostrada* refere-se à presença localizável do discurso outro no fio do discurso, no intradiscurso, podendo ser marcada (uso do discurso direto, discurso indireto, aspas etc.) ou não marcada (uso do discurso indireto livre, alusões, ironias etc.). Já a *heterogeneidade constitutiva* diz respeito ao princípio que todo discurso é atravessado por outros, que toda palavra que utilizamos já foi proferida anteriormente.

Em (9) e (10), a *heterogeneidade mostrada marcada* é localizável por meio do uso das aspas, ora para demarcar aquilo que pertence à formação discursiva a que se identifica, ora para distanciar-se daquilo que concerne a outras formações discursivas. Vale ressaltar o funcionamento das aspas, de acordo com Authier-Revuz (2004, p. 229):

As aspas se fazem 'na borda' de um discurso, ou seja, marcam o *encontro com um discurso-outro*. São uma balizagem dessa zona de demarcação mediante a qual, através de um *trabalho* sobre suas bordas, um discurso se constitui em relação a um exterior. Essa borda é, a um tempo só, *reveladora e indispensável*: acompanhar o mapeamento das palavras aspeadas de um discurso é acompanhar a zona fronteira reveladora daquilo em relação ao que lhe é essencial se distanciar: 'Diz-me o que tu aspeias ...'; ao mesmo tempo, é pelo fato de colocar algumas palavras como não apropriadas que um discurso constitui, em si mesmo, o complementar dessas palavras: palavras essas plenamente apropriadas, às quais o locutor supostamente adere sem distância; é o trabalho constitutivo das aspas.

Em "O aluno não vai para a escola para aprender "nós pega o peixe"", observamos que o jornalista cita um enunciado do gramático entrevistado que, por sua vez, cita um outro enunciado marcado também por aspas. Essa marca tipográfica abaliza o embate entre duas formações discursivas distintas. Vale enfatizar que essa entrevista trata da discussão provocada pela adoção do livro didático *Por uma vida melhor*<sup>1</sup> por escolas da rede pública de ensino. Ao destacar esse enunciado para compor o título, a partir da formação discursiva em que o sujeito está inscrito, há a produção de um determinado sentido: o livro didático não deveria ser adotado, por não tratar somente da norma culta.

A "norma culta" é significada pela mídia como um sentido transparente e linear, o português "correto". Do ponto de vista discursivo, ela pode assumir diversos sentidos a depender das condições de produção em que emerge: posições-sujeito, formações discursivas etc. Ao analisarmos o funcionamento do termo "norma culta", podemos considerá-la uma fórmula discursiva (KRIEG-PLANQUE 2010, 2011).

Para a autora, a noção de fórmula discursiva diz respeito ao "conjunto de formulações que, pelo fato de serem empregada em um momento e em espaço público dados, cristalizam questões políticas e sociais que essas expressões contribuem, ao mesmo tempo para construir" (KRIEG-PLANQUE, 2010). Logo, os enunciados com o

---

1 RAMOS, E. *et al.* Coleção viver e aprender: por uma vida melhor. São Paulo: Editora global, 2011. p. 11-27. Uma análise discursiva da discussão sobre este livro foi efetuada em nosso TCC, intitulado A construção de imagens da língua portuguesa na mídia: um olhar discursivo. Uma versão de tal texto, em formato de artigo, com o mesmo título, pode ser encontrada em: <<http://www.periodicos.letras.ufmg.br/index.php/textolivre/article/view/5030>>. Acesso em: 10 dez. 2015.

estatuto de fórmula cristalizam temas sociopolíticos, assumindo um funcionamento polêmico: as fórmulas são unidades que significam alguma coisa para todos, mas não com um sentido único.

A expressão “norma culta” é inicialmente empregada no meio acadêmico, perpassando e possuindo um determinado sentido. Ao circular nas práticas discursivas da escola e da mídia, ela é utilizada em outras formações discursivas, adquirindo sentidos diversos e tornando-se um objeto de polêmica. De acordo com Faraco (2008), o conceito “norma culta” foi criado pelo linguista Eugenio Coseriu, no início da década de 1950, a partir do arcabouço teórico do Estruturalismo. Para esse linguista, a norma refere-se aos diferentes modos de falar – ao que é habitual, normal, usual e recorrente em uma comunidade.

Em uma mesma língua, existem diferentes normas que se equivalem do ponto de vista linguístico, mas socialmente podem não equivaler (FARACO, 2008). Com a circulação de seu uso pela mídia e pela escola, essa noção vai adquirindo novas acepções, promovendo deslocamento e deslizamento de sentidos. Advinda do discurso científico, que significa o que é normal e usual em determinada comunidade, tal noção passou a ser utilizada, por exemplo, como correlata ao “bom português” (norma culta é a variante considerada correta), à noção de gramática normativa (o ensino de gramática é concebido como o ensino da norma culta), assim como à expressão escrita (observamos a redução da escrita a uma variedade). Em relação parafrástica, temos as formulações abaixo:

Norma culta – o bom português – gramática – escrita

As unidades morfologicamente diferentes acima funcionam como alternativas de tal fórmula. Os sentidos de “norma culta” transitam entre a formação discursiva marcada pela cientificidade, com a qual se identificam os linguistas, tendo os linguistas, e a formação discursiva gramatical, fundada em uma memória discursiva que pressupõe uma unidade linguística do português e no tradicionalismo.

Nesse sentido, concordamos com Maingueneau (2008b [1984], p. 53) ao afirmar que “não é porque em determinado momento a dominação discursiva oscilou, que um discurso se tornou improdutivo ou se marginalizou, que todos os usuários se calaram ou passaram a palavra a outros enunciadores”. Eles não dão lugar a outros enunciadores, eles mudam de discurso. Como os sujeitos não escolhem livremente seus discursos, porque as possibilidades enunciativo-semânticas são determinadas historicamente, os gramáticos, para manter sua posição-sujeito, são tomados por novas discursividades, no caso os estudos científicos.

Ao inscrever-se em uma dimensão discursiva, a fórmula “norma culta” deve ser analisada em sua discursividade, e não como uma sequência puramente linguística. Ela assume diversos sentidos para os sujeitos em dado momento. Enquanto referente social, tanto os gramáticos quanto os linguistas e a população em geral posicionam-se em relação a ela. A partir de posições-sujeito distintas, em formações discursivas diversas, mesmo buscando rejeitá-la, a noção de norma culta é uma passagem obrigatória quando se trata de assuntos sobre a língua.

O enunciado “norma culta” é significado em diversos discursos: da escola, da mídia, do gramático, da universidade etc., fato que atesta que um enunciado ou palavra é uma fórmula discursiva. Relembremos que “se a fórmula é originária de uma formação discursiva, deve sair dela. Ela é posta no cadinho comum do universo discursivo para

entrar em conflito com o sentido que ela tem alhures ou com outros termos” (KRIEG-PLANQUE, 2010, p. 96). É a repetitividade e a estabilidade do uso dessas sequências que permitem a cristalização de certo número de acontecimentos por meio das fórmulas.

#### 4 Algumas considerações

Os títulos nos permitem compreender a instauração de gestos de interpretação dos autores em função do efeito-leitor construído. Ao qualificar o entrevistado, citar um enunciado da entrevista, ou mesmo enunciar somente o seu nome, uma rede de sentidos se estabelece fundada na memória discursiva. No caso em análise, a posição-sujeito do gramático é decisiva para essa constituição.

O gramático ocupa uma posição de defesa da norma culta, a qual assume outras acepções como gramática, norma-padrão e, até mesmo, língua portuguesa. Os sujeitos enunciativos de tais discursos encontram-se inscritos na formação discursiva dominante quando o assunto tratado é a língua portuguesa. É correntemente veiculado pela mídia que a língua está em processo de degradação, de corrupção, de maus tratos por seus falantes. Por conseguinte, os gramáticos são considerados a autoridade máxima para defender o português, e, conseqüentemente, nossa pátria.

#### Referências

AUTHIER-REVUZ, J. Heterogeneidade(s) enunciativa(s). Tradução de Celene M. Cruz e João Wanderley Geraldi. In: *Caderno de estudos linguísticos*, n. 19, Campinas, p. 25-42, jul./dez. 1990.

AUTHIER-REVUZ, J. *Entre a transparência e a opacidade: um estudo enunciativo do sentido*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2004.

CHARAUDEAU, P. *Discurso das mídias*. Tradução de Angela S. M. Corrêa. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2010.

COURTINE, J.-J. Os deslizamentos do espetáculo político. In: GREGOLIN, Maria do Rosário (Org.). *Discurso e mídia: a cultura do espetáculo*. São Carlos: Claraluz, 2003. p. 21-34.

FARACO, C. A. *Norma culta brasileira: desatando alguns nós*. São Paulo: Parábola Editorial, 2008.

FIORIN, J. L. Interdiscursividade e intertextualidade. In: BRAIT, B. (Org.) *Bakhtin: outros conceitos-chave*. São Paulo: Contexto, 2010. p. 161-193.

FOUCAULT, M. *A ordem do discurso*. Tradução de Laura Fraga de Almeida Sampaio. 18. ed. São Paulo: Edições Loyola, 2009a [1970].

FOUCAULT, M. O que é um autor? In: FOUCAULT, M. *Estética: literatura e pintura*,

música e cinema. Ditos e escritos III – Tradução de Inês Autran Dourado Barbosa. 2. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2009b [1969]. p. 264-298.

GREGOLIN, M. do R. A mídia e a espetacularização da cultura. In: GREGOLIN, M. do R. (Org.). *Discurso e mídia: a cultura do espetáculo*. São Carlos: Claraluz, 2003. p. 9-17.

GREGOLIN, M. do R. Análise do discurso e mídia: a (re)produção de identidades. *Comunicação, mídia e consumo*, São Paulo, v. 4, n. 11, p. 11-25, nov. 2007.

HOUAISS, A.; VILLAR, M. de S. *Dicionário Houaiss da língua portuguesa*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2009.

KRIEG-PLANQUE, A. *A noção de “fórmula” em análise do discurso: quadro teórico e metodológico*. Tradução de Luciana Salazar Salgado e Sírio Possenti. São Paulo: Parábola Editorial, 2010.

KRIEG-PLANQUE, Alice. “Formulas” e “lugares discursivos”: proposta para a análise do discurso político. In: MOTTA, A. R.; SALGADO, L. S. (Orgs.). *Fórmulas discursivas*. São Paulo: Parábola Editorial, 2011.

MAINGUENEAU, D. *Cenas da enunciação*. São Paulo: Parábola Editorial, 2008a.

MAINGUENEAU, D. *Gênese dos discursos*. Tradução de Sírio Possenti. São Paulo: Parábola Editorial, 2008b [1984].

ORLANDI, E. P. *Análise de Discurso: princípios e procedimentos*. 8. ed. São Paulo: Pontes, 2009.

ORLANDI, E. P. *Discurso e texto: formulação e circulação dos sentidos*. 4. ed. Campinas, SP: Pontes Editores, 2012.

RAMOS, E. *et al. Coleção viver e aprender: por uma vida melhor*. São Paulo: Editora global, 2011.

SACCONI, L. A. *Novíssima gramática ilustrada Sacconi*. 24. ed. São Paulo: Nova geração, 2010.

### Títulos de entrevistas analisados

A TARDE. *Entrevista: gramático defende que reforma ortográfica torna escrita mais simples*. Salvador/BA, 12 mar. 2009. Entrevista a Içara Bahia. Disponível em: <<http://atarde.uol.com.br/cultura/materias/1088381-entrevista:-gramatico-defende-que-reforma-ortografica-torna-escrita-mais-simples>>. Acesso em: 02 abr. 2013.

ESTADÃO. *‘Com o acordo, tiramos um peso dos ombros’, diz Evanildo Bechara*. São Paulo, 12 nov. 2012. Disponível em: <<http://www.estadao.com.br/noticias/arteeazer.com-o-acordo-tiramos-um-peso-dos-ombros-diz-evanildo-bechara,959220,0.htm>>. Acesso em:

15 jun. 2013.

FOLHA DE SÃO PAULO. *Gramático Evanildo Bechara defende novo acordo ortográfico*. São Paulo, 29 dez. 2008. Entrevista a Sylvia Colombo. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/folha/ilustrada/ult90u484105.shtml>>. Acesso em: 02 abr. 2013.

O POVO. *Evanildo Bechara: o mestre das letras*. Fortaleza/Ce, 13 dez. 2010. Disponível em: <[http://www.opovo.com.br/app/opovo/paginasazuis/2010/12/13/noticiasjornal.paginasazuis\\_2077172/evanildo-bechara-o-mestre-das-letras.shtml](http://www.opovo.com.br/app/opovo/paginasazuis/2010/12/13/noticiasjornal.paginasazuis_2077172/evanildo-bechara-o-mestre-das-letras.shtml)>. Acesso em: 02 abr. 2013.

PHILOLOGUS. *Entrevista com Evanildo Bechara*. 2005. Entrevista a Vito Manzolillo. Disponível em: <[http://www.filologia.org.br/revista/artigo/11\(31\)entrevista.htm](http://www.filologia.org.br/revista/artigo/11(31)entrevista.htm)>. Acesso em: 05 mar. 2013.

REVISTA PIAUÍ. *Senhor norma culta*. Piauí, 57. ed., jun. 2011. Entrevista a Clara Becker. Disponível em: <<http://revistapiaui.estadao.com.br/materia/senhor-norma-culta/>>. Acesso em: 15 dez. 2015.

RUBENS ANDRADE.COM. *Entrevista: Evanildo Bechara.*, 16 nov. 2010. Entrevista a equipe do site Rubens Andrade. Disponível em: <<http://www.rubensandrade.com.br/noticias/trabalho-parlamentar/entrevista-evanildo-bechara/>>. Acesso em: 02 fev. 2014.

SESC-SP. *Evanildo Bechara*. 01 fev. 2013. Disponível em: <[http://www.sescsp.org.br/online/artigo/6698\\_EVANILDO+BECHARA#/tagcloud=lista](http://www.sescsp.org.br/online/artigo/6698_EVANILDO+BECHARA#/tagcloud=lista)>. Acesso em: 04 jan. 2014.

VEJA. *Em defesa da gramática*. São Paulo, p. 21-25. 01 jun. 2011. Entrevista a Roberta de Abreu Lima. Disponível em: <<http://veja.abril.com.br/acervodigital/home.aspx?cod=%20JNJMKQDQORM>>. Acesso em: 24 jan. 2014.

ÚLTIMO SEGUNDO. *“O aluno não vai para a escola para aprender ‘nós pega o peixe’”*. São Paulo, 13 mai. 2011. Entrevista a Thais Arbex. Disponível em: <<http://ultimosegundo.ig.com.br/educacao/o+aluno+nao+vai+para+a+escola+para+aprender+nos+pega+o+peixe/n1596951472448.html>>. Acesso em: 21 ago. 2013.

Recebido em 05 de maio de 2015.  
Aprovado em 08 de julho de 2015.